

Apresentação

O dossiê intitulado “Metropolização: dinâmicas, escalas e estratégias” reúne artigos que estimulam o aprofundamento das discussões metropolitanas, cumprindo seu papel de animar os debates que ocorrem em torno desse tema e promovendo a circulação do saber produzido em diferentes locais do território nacional e do exterior, bem como a partir de diferentes perspectivas analíticas.

Diversas dinâmicas metropolitanas são tratadas nos textos, que se materializam na articulação entre diferentes escalas, essenciais para a compreensão da metropolização.

Os artigos, 13 no total, dedicam-se a temas variados, como migração internacional, gestão e planejamento metropolitano, metropolização regional, planejamento por cenários e estratégias participativas, políticas públicas, sistema de transporte, gerenciamento de resíduos e reuso e proposição de índice de dependência econômica.

Buscam analisar tais temas em distintas realidades metropolitanas, tais como a macrometrópole paulista; as regiões metropolitanas de Guadalajara, no México; de Estocolmo, na Suécia; e de Buenos Aires, na Argentina; além das regiões metropolitanas brasileiras de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Maringá, Curitiba, Goiânia e da expansão metropolitana em Brasília.

O primeiro artigo do dossiê, de Rosana Baeninger, Natália Belmonte Demétrio e Joice Domeniconi, intitula-se *Migração internacional na macrometrópole paulista: novas e velhas questões*. Esse texto permite uma reflexão apurada e atual da relação entre a dimensão espacial da metrópole e a reconfiguração do processo de migração internacional em seu interior; considera, também, a presença de refugiados. Confronta questões antigas relacionadas ao tema com novidades do período recente, em especial a relação entre qualificação dos imigrantes e refugiados e sua localização espacial na macrometrópole. À metrópole com limites ampliados e ao processo de reconversão econômica, correspondem mudanças na dinâmica de reprodução da força de trabalho, com a elevação da participação

de imigrantes internacionais. Para comprovar essas mudanças, as autoras recorrem a distintas fontes e bases de dados, tendo em vista a desatualização dos dados do Censo de 2010. Assim, utilizam duas fontes principais: o Sistema Nacional de Cadastros e Registros (Sincre), por meio do registro administrativo da Polícia Federal, e o registro do Comitê Nacional para Refugiados (Conare), vinculado ao Ministério da Justiça. Na macrometrópole, emergem novos espaços da migração internacional, em especial os eixos das rodovias Dutra e Anhanguera/Bandeirantes, o que é representado por meio de uma coleção de cartogramas. Outra importante conclusão do texto é o destaque dos países do Sul Global como origem dos migrantes e refugiados, reforçando os fluxos sul-sul.

O texto *Contradicciones y paradojas del modelo de gestión urbana en el área metropolitana de Guadalajara Jalisco, México*, de Josefina Lara, oferece importante contribuição numa perspectiva comparada com a situação brasileira, em face dos dilemas da gestão metropolitana. Ao inserir a realidade mexicana, permite observar dilemas e similaridades entre o processo de gestão metropolitana no México e no Brasil. A emergência das Associações Público-Privadas no México tem resultado no protagonismo das forças de mercado no planejamento das grandes cidades mexicanas, em especial Ciudad de México, Guadalajara e Monterrey, dificultando a efetividade da ação integrada dos três níveis de governo. Questiona-se a efetividade dos mecanismos de coordenação com vistas a estimular a cooperação intermunicipal na área metropolitana de Guadalajara. Para tanto, trabalhou-se com o modelo de gestão urbana, em especial com as visões de desenvolvimento constantes nos planos e programas propostos para a metrópole, buscando compreender a atuação e o papel dos processos participativos e dos distintos atores no contexto. A realidade metropolitana de Guadalajara, conformada por lugares descontínuos, distantes (alcança cerca de 50 km de raio), e pela concentração populacional (mais de 5 milhões de habitantes), exige um olhar sobre a totalidade e não apenas sobre suas partes, sendo pouco efetiva a lógica dos “projetos por projetos”. Não se trata da falta de normas, mas de instituições capazes de coordenar as ações mais amplas e abrangentes sobre o território metropolitano. Para tanto, aponta-se como importante a construção de um governo metropolitano que articule os municípios integrantes e sua relação com o governo do estado de Jalisco.

A problemática do texto *Planejamento metropolitano e grandes projetos urbanos: concepção e descaminhos da política de novas centralidades na RMBH*, de João B. M. Tonucci Filho e Daniel Medeiros de Freitas, parte da constatação de que a Região Metropolitana de Belo Horizonte tem se caracterizado, recentemente, por dois processos relevantes, um deles é a retomada do planejamento metropolitano e o outro, a implementação de grandes projetos urbanos – GPU, em especial nos vetores Norte e Sul. Contudo, nota-se uma série de conflitos entre a proposta do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI e os GPUs realizados e previstos, em especial no âmbito dos interesses regionais e locais e entre planos de longo prazo e projetos pontuais. No artigo, uma das faces de tais conflitos é priorizada, qual seja:

a que se refere às novas centralidades na RMBH. Para tanto, uma série de indagações é apresentada, colocando em xeque o planejamento metropolitano em sua relação com os GPUs: dada a sua natureza e os interesses que portam são convergentes com as proposições do planejamento metropolitano ou, ao contrário, colocam em questão seus princípios? O conflito entre interesses privados e o processo institucional de planejamento pode ameaçar os avanços conceituais e políticos já alcançados na esfera metropolitana? Essas são algumas das questões tratadas no texto.

No texto *Metropolização regional e nova regionalização do capital*, o autor, Eudes Leopoldo, analisa o conteúdo metropolitano da nova regionalização do capital à luz do desenvolvimento desigual do território brasileiro. Além de discorrer sobre o processo tradicional de regionalização do território brasileiro, avança no sentido de propor uma espécie de tipologia das regiões metropolitanas brasileiras, ao identificá-las como estruturais, transitivas e formais, respectivamente, aquelas compostas por metrópoles de fato, aquelas que conformam uma região urbana, mas não capitaneadas por metrópoles, e aquelas que limitam a definição institucional e formal, sem relação direta com o fenômeno metropolitano. Conclui que a metropolização regional é um processo distinto e mais amplo do que aquele de regionalização metropolitana e constitui-se, desse modo, como a nova dialética da produção do espaço.

O texto *A macrometropolização em São Paulo: reterritorialização, reescalonamento e a cidade-região*, de Pedro Henrique Campello Torres, Ruth Ferreira Ramos e Amauri Pollachi, parte do questionamento sobre se a macrometrópole se constituiu, de fato, como uma nova escala de planejamento e governança e como uma nova categoria regional e, também, como do entendimento da ação do governo estadual para tal. Os autores priorizam a discussão proposta por Brenner, porém advertem que não se trata de uma “aculturação epistemológica”, mas, sim, de verificar a aderência das questões trazidas pelo referido autor em face do processo de metropolização brasileiro, portanto, na perspectiva do Sul Global. Para responder à problemática de pesquisa, os autores recorrem a duas fontes principais: a leitura crítica do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista 2013-2040 (PAM) e pesquisa na plataforma da Imprensa Oficial do Governo de São Paulo, para verificar como a expressão “Macrometrópole Paulista” aparece em relação às políticas públicas e à proposição de planos e projetos pelo governo estadual. Embora o discurso oficial do governo estadual apresente a escala macrometropolitana como possibilidade de redução de desequilíbrios regionais e de promoção do desenvolvimento integrado das regiões metropolitanas paulistas, os autores concluem que os investimentos seguem concentrados em São Paulo. Assim, mesmo que a Macrometrópole Paulista possa ser considerada uma instituição estatal emergente, reescalada para reterritorialização do capital, segue caracterizada por desigualdades e desequilíbrios em seu interior.

O texto *Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites*, de Maria Fernanda Derntl, propõe uma alteração na perspectiva analítica sobre Brasília, por meio da inserção de nova interpretação do papel das cidades-satélites, não como elementos periféricos ou residuais em relação a Brasília, mas como intrínsecos desse território, o que pode contribuir para a compreensão do processo de metropolização contemporâneo. Para fazê-lo, a autora parte da análise de alguns planos ingleses que, nos séculos XIX e XX, consideravam as cidades-satélites como componentes essenciais da descentralização da metrópole industrial, bem como de textos e pesquisas nos Arquivos Públicos, tanto do Distrito Federal como do Rio de Janeiro, além de planos urbanísticos e da revisão acerca do sentido do termo ao longo do tempo. A análise empreendida leva a autora a concluir que as cidades-satélites em Brasília foram fundamentais para “definir uma peculiar configuração metropolitana”, em face do que há a necessidade de rever formulações que privilegiam o Plano Piloto em detrimento das cidades-satélites.

Territórios opacos do oeste da RMRJ são iluminados pelos grandes projetos de investimento (GPI) e pela expansão urbana, nesse início de século XXI, com efeitos econômicos e populacionais nos municípios mais periféricos da região metropolitana. Dentre tais efeitos, merecem destaque aqueles advindos da implantação do Arco Metropolitano, interligando o complexo petroquímico em Itaboraí e o porto de Itaguaí, na Baixada de Sepetiba, e as repercussões socioespaciais no município de Seropédica. Diante desse contexto metropolitano em expansão, o objetivo do texto *Estratégias e processos participativos para o desenvolvimento local e regional na Baixada de Sepetiba, RJ*, de Denise de Alcantara Pereira, foi a aplicação de uma estratégia de prospectiva exploratória, de caráter participativo, inspirado na cartografia social, que permitiu gerar cenários de desenvolvimento e ocupação futura do território em análise, numa realidade metropolitana em que a implantação dos GPI não prioriza as questões que têm relevância em âmbito local. No texto, os procedimentos e os resultados das oficinas participativas são apresentados e discutidos, transformando-se num rico registro dessa possibilidade metodológica aplicada à dimensão metropolitana.

Lilian Chirnev e Ana Lúcia Rodrigues, autoras do texto *Levantamento e análise dos arranjos espaciais decorrentes do processo de metropolização da Região de Maringá*, partem do desafio de identificar e compreender os principais arranjos espaciais que ocorrem no território conformado pela Região Metropolitana de Maringá. Para tanto, analisam dois conjuntos de documentos, um coordenado por instâncias do governo estadual do Paraná, explicitando as diretrizes da política estadual de desenvolvimento urbano e regional, e outro constituído por dois estudos recentes do IBGE que tratam da definição de Arranjos Populacionais no Brasil e da divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e intermediárias. Com base nesses documentos, concluem pela pluralidade de recortes espaciais existentes na RMM, oriundos da priorização do caráter ora institucional-político, ora funcional. Nesse sentido, a composição e o número de municípios integrantes alteram-se,

o que deve ser observado seja no campo das políticas públicas, seja no campo das análises acadêmicas, seja no campo da atuação junto aos movimentos sociais.

Políticas públicas, valorização da terra e metropolização: RMBH e o vetor industrial de expansão, de Sofia Santos Lages, tem o propósito de analisar a relação entre poder público, valorização da terra e metropolização, em especial no vetor oeste da RMBH, onde se localizam municípios que se inseriram de modo relevante no processo de industrialização, como Contagem e Betim, conformando um eixo industrial metropolitano. Para fazê-lo, a autora caracteriza o processo de valorização do espaço e de formação dos preços da terra, com base na Teoria da Renda da Terra Urbana; discute o papel dos agentes de mercado nesse processo, com ênfase no poder público; e descreve a expansão urbana e a metropolização de Belo Horizonte, por meio dos planos implementados ao longo do tempo, buscando compreender a relação entre as políticas públicas e a expansão do referido vetor metropolitano.

A dimensão esquecida da política habitacional: reflexões a partir do caso da Área Metropolitana de Curitiba (PR), de Paulo Nascimento Neto, parte de um contexto no qual: 1) metade do déficit habitacional brasileiro e perto de 80% dos aglomerados subnormais estão em áreas metropolitanas; 2) existe uma assimetria entre os municípios metropolitanos, muitas vezes evidenciada com a “exportação” do déficit para municípios metropolitanos que não o polo; 3) os principais instrumentos da política habitacional desconsideram a integração metropolitana; e lança o seguinte questionamento: como pensar na integração de políticas públicas de habitação em contexto metropolitano? Para responder a essa questão, toma como estudo de caso a Área Metropolitana de Curitiba, reconhecida como composta não pela totalidade da região metropolitana, mas por 14 municípios que conformam o que a Comec denomina NUC – Núcleo Urbano Central. Por meio da realização de entrevista com gestores e demais agentes ligados ao poder público nos diversos níveis que incidem sobre o território metropolitano, conclui que a questão habitacional está esquecida no contexto da dimensão metropolitana, o que concorre para a não solução dos problemas habitacionais existentes, em razão dos muitos conflitos gerados, na maioria das vezes divergentes entre o nível municipal e o metropolitano.

A dimensão metropolitana, no artigo Impactos da metropolização no sistema de transporte coletivo: estudo de caso na Região Metropolitana de Goiânia, de Ana Carolina Fernandes Pires, Érika Cristine Kneib e Rômulo José da Costa Ribeiro, é priorizada a partir da perspectiva do transporte coletivo em ônibus e considerando os deslocamentos pendulares para estudo e trabalho na Região Metropolitana de Goiânia. O padrão de ocupação dispersa e fragmentada gera movimento pendular, grandes distâncias nos trajetos de ônibus, com perda de eficiência do sistema de transporte coletivo. É o que ocorre em Goiânia, com a concentração de atividades no polo e da população nos municípios do entorno. A questão central do trabalho é entender como as relações metropolitanas impactam o sistema de transporte público coletivo.

Para tanto, os autores discutem variáveis e indicadores relacionados à qualidade e à eficiência do sistema de transporte coletivo por ônibus. Metodologicamente, procedeu-se a uma comparação quantitativa e qualitativa dos resultados de índices de qualidade e eficiência que se relacionam às características do crescimento urbano na RMG e os consequentes deslocamentos pendulares. Tais índices foram escolhidos de modo a permitir a avaliação dos impactos sociais e econômicos entre os anos de 2010 e 2017, e para os municípios de Senador Canedo, Trindade e Goianira. Como conclusão sobre a relação entre dispersão urbana e relações metropolitanas no sistema de transporte coletivo, tem-se que: ao aumento da mancha urbana corresponde a extensão das linhas de ônibus; a qualidade do serviço oferecida é prejudicada pela baixa densidade da expansão urbana, pela diminuição na frequência de viagens e pelo aumento no seu intervalo; a eficiência do sistema é prejudicada pela baixa rotatividade de passageiros. Assim, relevantes impactos sociais e econômicos foram identificados em função das relações metropolitanas estabelecidas. Uma série de medidas é sugerida ao final, de modo a estimular mecanismos que levem a deslocamentos mais curtos, instalação de atividades nos bairros, ampliação dos modais não motorizados, dentre outras. Destaca-se, então, sua contribuição no âmbito do subsídio a políticas públicas voltadas ao tema do transporte metropolitano.

O artigo *Estratégias da gestão de resíduos têxteis na Região Metropolitana de Estocolmo*, de Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi, analisa o gerenciamento do descarte e do reúso de produtos têxteis na Região Metropolitana de Estocolmo, na Suécia, evidenciando práticas relacionadas aos produtos de segunda mão. Prioriza a análise da cadeia produtiva têxtil e de confecção que, embora seja de importância econômica, causa efeitos sociais e ambientais negativos, em especial relacionados às extensas áreas de cultivo, associadas ao volume de água demandado no processo produtivo do algodão e de produção dos têxteis. Na perspectiva metropolitana, salienta a existência de uma agência que trata do gerenciamento dos resíduos na região metropolitana, a Stockholm Vatten Och Avfall (Água e Resíduos de Estocolmo), que, para o descarte dos produtos têxteis, dota o território de infraestrutura de coleta em locais de grande movimento nos municípios integrantes da região metropolitana. Tal procedimento se baseia em diretiva da União Europeia que estimula as atividades de reutilização e reciclagem dos resíduos. Demonstra que é possível gerar uma nova cadeia de reúso e comercialização, ampliando as possibilidades de negócios lucrativos e sustentáveis.

Finalmente, o último texto do dossiê, intitulado *Propuesta de índice de dependencia económica para áreas menores. Su aplicación a la Región Metropolitana de Buenos Aires, Argentina (2010)*, de Fernando Ariel Manzano e Guillermo Angel Velázquez, tem por objetivo propor um índice de dependência econômica, associado à variabilidade existente no índice de qualidade de vida. O modelo apresentado no texto partiu do índice de dependência real e acrescentou a ele quatro variáveis, que inserem elementos relacionados não apenas à repartição da produção da atividade mercantil, mas também às demais etapas do processo

econômico, como os processos de distribuição e uso da riqueza gerada. Para tanto, os autores descrevem diversos índices utilizados e trabalham com o índice de qualidade de vida como uma alternativa de medida das condições materiais da vida da população, utilizando variáveis do censo, e como referência para a proposição de um índice de dependência econômica que foi aplicado à Região Metropolitana de Buenos Aires e suas 1.078 unidades, equivalentes ao setor censitário no Brasil e capazes de permitir a análise para pequenas áreas geográficas menores que os municípios, por exemplo.

Certamente esse conjunto de artigos deverá permitir a continuidade da reflexão sobre o processo de metropolização em curso e aportar novos elementos capazes de aprofundar o debate.

Vamos à leitura!

Olga Lúcia Castreghini Freitas Firkowski
Organizadora

Olga Lúcia Castreghini Freitas Firkowski

Universidade Federal do Paraná, Ciências da Terra, Departamento de Geografia. Observatório das Metrôpoles, núcleo Curitiba.
olgafirk@gmail.com